



BOLETIM INFORMATIVO

02/2021

CAO - Patrimônio Público e da Defesa da
Probidade Administrativa



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

Índice

BOLETIM INFORMATIVO.....	1
1. ATUALIZAÇÃO LEGISLATIVA.....	2
2. MPMT EM AÇÃO.....	3
3. MATERIAIS DE APOIO.....	3
4. ARTIGOS.....	4
5. JURISPRUDÊNCIA.....	5
6. EVENTOS.....	6
7. NOTÍCIAS DE OUTROS MINISTÉRIOS PÚBLICOS.....	6

1. ATUALIZAÇÃO LEGISLATIVA

LEIS

Lei n.º 14.133, de 1º de Abril de 2021.

“Lei de Licitações e Contratos”. [Clique aqui.](#)

Lei n.º 14.121, de 1º de Março de 2021.

“Autoriza o Poder Executivo federal a aderir ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 (Covax Facility) e estabelece diretrizes para a imunização da população”. [Clique aqui.](#)

Lei n.º 14.119, de 13 de Janeiro de 2021.

“Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais; e altera as Leis n os 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para adequá-las à nova política”. [Clique aqui.](#)

LEIS COMPLEMENTARES

Lei Complementar n.º 179, de 24 de Fevereiro de 2021.

“Define os objetivos do Banco Central do Brasil e dispõe sobre sua autonomia e sobre a nomeação e a exoneração de seu Presidente e de seus diretores; e altera artigo da Lei n.º 4.595, de 31 de dezembro de 1964”. [Clique aqui.](#)

MEDIDAS PROVISÓRIAS

Medida Provisória n.º 1.034, de 1º de Março de 2021.

“Altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, para majorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido devida pelas pessoas jurídicas do setor financeiro, a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para modificar a concessão da isenção relativa ao Imposto sobre Produtos Industrializados incidente na aquisição de automóveis por pessoa com deficiência, revoga a tributação especial relativa à nafta e a outros produtos destinados a centrais petroquímicas, e institui crédito presumido da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social para produtos destinados ao uso em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação”. [Clique aqui.](#)

Medida Provisória n.º 1.033, de 24 de Fevereiro de 2021.

“Altera a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, para conceder tratamento à produção de oxigênio medicinal empregado em medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública relacionados com a covid-19”. [Clique aqui.](#)

Medida Provisória n.º 1.028, de 9 de Fevereiro de 2021.

“Estabelece normas para facilitação de acesso a crédito e mitigação dos impactos econômicos decorrentes da pandemia da covid-19”. [Clique aqui.](#)

DECRETOS

Decreto n.º 10.631, de 18 de Fevereiro de 2021.

“Altera o Decreto n.º 2.295, de 4 de agosto de 1997, que regulamenta o disposto no art. 24, caput, inciso IX, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre a dispensa de licitação nos casos que possam comprometer a segurança nacional”. [Clique aqui](#).

2. MPMT EM AÇÃO

CAMPO NOVO DO PARECIS: Afastamento de prefeito de Campo Novo do Parecis é requerido pelo MPMT. [Leia mais!](#)

ARAPUTANGA: “Kit de Atuação” estimula solução consensual de demandas. [Leia mais!](#)

SÃO JOSÉ DO RIO CLARO: MPMT vai recorrer de decisão que indeferiu pedido de bloqueio de bens. [Leia mais!](#)

3. MATERIAIS DE APOIO

REVISTA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – TRF5

A presente edição especial da Revista de Jurisprudência traz uma abordagem relacionada à Improbidade Administrativa, com discussões enriquecedoras sobre a aplicabilidade do Decreto-Lei n.º 201/67, que disciplina a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores; a Lei n.º 8.429/92 – Lei de Improbidade Administrativa; o Código de Processo Civil, entre outras legislações – sendo a primeira publicação deste Sodalício com esse enfoque. [Leia mais!](#)

NOVA LEI DE LICITAÇÕES COMPARADA

Comparativo com as leis 8.666/93, 10.520/02 e 12.462/11, quais sejam: Lei Geral de Licitações, Pregão e RDC. [Leia mais!](#)

20 DESTAQUES DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES

Sancionada no dia 1º de abril de 2021, a nova Lei de Licitações se torna, enfim, realidade na gestão pública brasileira. O novo marco legal substitui a Lei de Licitações (8.666/93), a Lei do Pregão (10.520/02) e o Regime Diferenciado de Contratações (RDC – Lei 12.462/11), além de agregar temas relacionados. Nos próximos 2 anos, os órgãos públicos poderão optar entre utilizar as normas antigas ou a nova lei. Ao final do biênio, ela passará a ser obrigatória para todos. [Leia mais!](#)

NOVA LEI DE LICITAÇÕES SANCIONADA

O presidente Jair Bolsonaro sancionou no dia 1º de abril o texto da Lei 14.133/21, nova lei de licitações que substitui o texto da Lei 8.666/1993, alterando as regras dos sistemas de contratação por órgãos da administração pública, autarquias e fundações de União, estados, Distrito Federal e municípios. [Leia mais!](#)

COMENTÁRIOS SOBRE A NOVA LEI DE LICITAÇÕES

Comentários sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos - Lei 14.133/2021 realizada pelo Professor Herbert Almeida do Estratégia Concursos. [Clique aqui](#)

Live sobre a Nova lei de licitações e Contratos - Lei 14.133/2021 realizada pelos professores do Gran Cursos Online, quais sejam: Gustavo Scatolino, Gustavo Brígido, Ricardo Blanco e Nilton Coutinho. [Clique aqui](#)

4. ARTIGOS

EM TORNO DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL EM IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.

O CNMP, pela resolução 179, de 26/7/17, regulamentou o § 6º do art. 5º da Lei da Ação Civil Pública (lei 7.347/85), disciplinando o que denomina compromisso de ajustamento de conduta (TAC), dando-lhe a natureza jurídica de título executivo extrajudicial, não podendo o Ministério Público renunciar ao bem tutelado, pois não é titular dos interesses difusos protegidos por aquela lei. [Leia mais!](#)

TRIBUNAIS ORIENTAM GESTORES PÚBLICOS ATRAVÉS DE CURSOS E MANUAIS.

A Pandemia trouxe um cenário atípico na gestão pública e que não poderia ser previsto pelas ferramentas de planejamento orçamentário e financeira ordinariamente utilizados. Neste contexto, vários Tribunais de Contas passaram a editar manuais orientativos e promover cursos online para gestores públicos e jurisdicionados, com base na legislação vigente. [Leia mais!](#)

OVERCHARGING: QUAIS OS LIMITES PARA A IMPUTAÇÃO PENAL?

Eis o problema que se busca esclarecer no presente artigo: a prática do overcharging pode provocar consequências para o acusador na esfera da improbidade administrativa, com as implicações próprias da lei 8.429/92? Estaria este acusador agindo em improbidade administrativa? [Leia mais!](#)

LIMITES DA MEDIDA DE INDISPONIBILIDADE DE BENS NAS AÇÕES DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

A interpretação do aludido texto normativo conduz ao entendimento de que, objetivamente, o bloqueio de bens não poderia ultrapassar o valor do dano que se pretende reparar ou do acréscimo patrimonial ilicitamente obtido. A finalidade do provimento construtivo é assegurar o integral ressarcimento do dano. [Leia mais!](#)

RECOMENDAÇÕES PARA TRANSPARÊNCIA DE CONTRATAÇÕES EMERGENCIAIS EM RESPOSTA À COVID-19.

O Brasil e o mundo encontram-se em um período absolutamente excepcional que demanda a adoção de medidas emergenciais para o enfrentamento e contenção da pandemia causada pela COVID-19. A flexibilização das regras para a realização de contratações públicas é entendida, assim, como uma medida necessária para possibilitar que governos respondam de maneira célere aos desafios que o cenário impõe, especialmente na área da saúde. [Leia mais!](#)

OS 4 TIPOS DE FRAUDES MAIS COMUNS NAS LICITAÇÕES E CONTRATOS DO COVID-19

O propósito foi identificar modelos e padrões de comportamento de fraudes que

aconteceram com mais frequência, mesmo que esses possam variar de acordo com a situação fática e as condições de cada contratação. A partir desse resultado, foi possível formular medidas preventivas para mitigar a possibilidade de fraudes em contratações futuras com vistas a assegurar a boa e regular aplicação dos recursos do Covid-19 em benefício da sociedade. [Leia mais!](#)

5. JURISPRUDÊNCIA

STF - Ministro mantém decisão que proibiu redução de vencimentos de comissionados da ALESP. [Leia mais.](#)

STF - STF julga constitucional norma de SC que estabelece prazo para processos no TCE. [Leia mais.](#)

STF - STF invalida norma de RR que atribuía competência ao Legislativo para julgar contas de órgãos públicos. [Leia mais.](#)

STF - Lei de SC que cria cargos jurídicos desvinculados da Procuradoria-Geral do estado é inconstitucional. [Leia mais.](#)

STF - Proibição de volta ao serviço público por tempo indeterminado é inconstitucional. [Leia mais.](#)

STF - Referendada liminar que impede bloqueio de verbas vinculadas da saúde no Espírito Santo. [Leia mais.](#)

STF – Repercussão Geral. Tema 672 - Recebimento, por ex-vereadores, de pensão vitalícia estabelecida por lei municipal anterior à Constituição de 1988. [Leia mais.](#)

STF – STF proíbe bloqueio de verbas de convênios para captação de água e construção de barragem no RN. [Leia mais.](#)

STF - Mantido bloqueio de bens de empresa investigada por irregularidades em licitação no RN. [Leia mais.](#)

STF - Suspenso processo de aposentadoria voluntária de conselheiro do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro. [Leia mais.](#)

STJ - Informativo de Jurisprudência n.º 686 Direito Administrativo Tema: Improbidade administrativa. Homologação judicial de acordo. Art. 17, § 1º, da Lei n. 8.429/1992, com redação alterada pela Lei n. 13.964/2019. Possibilidade. É possível acordo de não persecução cível no âmbito da ação de improbidade administrativa em fase recursal. [Leia mais.](#)

STJ - Servidor condenado por improbidade não pode ter aposentadoria cassada em decisão judicial. [Leia mais.](#)

STJ - Fraude à licitação é tema de súmula aprovada pela Terceira Seção. [Leia mais.](#)

STJ - Nomeação de filho como interino em cartório no lugar de pai falecido caracteriza nepotismo póstumo, decide Primeira Turma. [Leia mais.](#)

6. EVENTOS

A Escola Superior do MPSP e o Ministério Público do Estado de São Paulo, por meio do CAO Cível e Tutela Coletiva - Patrimônio Público e Social, promoveram o webinar Acordo de Não Persecução Cível: aspectos polêmicos e práticos, nos dias 09 e 16/03 com transmissão ao vivo pelo [YouTube](#).

A Escola Superior do Ministério Público do Estado de Rondônia (ESMPRO) realizará entre os dias 13 e 15 de abril o webinar “Políticas Públicas: Aspectos Orçamentários e de Controle”. [Saiba mais!](#)

A Escola Superior do Ministério Público do Estado de Goiás (Esump-MPGO), Escola Nacional do Ministério Público (Enamp), Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (Ceaf-MPES) e a Escola Superior do Ministério Público do Paraná (ESMP-MPPR) promoveram um webinar no dia 6 de abril de 2021, sobre “Prova, instrução de procedimentos administrativos e delimitação da matéria fática”. A transmissão do webinar foi realizada através do canal da Esump no YouTube. [Saiba mais!](#)

Ministério Público do Estado do Maranhão promoverá um seminário no dia 20 de abril de 2021, sobre as primeiras impressões sobre a nova lei de licitações e contrato. [Saiba mais!](#)

7. NOTÍCIAS DE OUTROS MINISTÉRIOS PÚBLICOS

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL:

MPF apura improbidade pelo descaso e omissão de autoridades contra invasão garimpeira em área indígena no Pará. [Leia mais!](#)

MP Eleitoral defende cassação de vereador condenado por improbidade administrativa. [Leia mais!](#)

Justiça atende pedido do MPF e bloqueia bens de ex-prefeito de São Gabriel da Cachoeira (AM). [Leia mais!](#)

MPF requisita inquérito à PF para apurar suposto desvio de 50 mil doses da vacina contra a covid-19. [Leia mais!](#)

A pedido do MPF, Justiça suspende liminarmente contrato advocatício de R\$2,7mi com verba do Fundef em Angical. [Leia mais!](#)

Homologado acordo de leniência celebrado entre MPF e Samsung Heavy Industries. [Leia mais!](#)

MPF requisita inquérito à PF para apurar suposto desvio de 50 mil doses da vacina contra a covid-19. [Leia mais!](#)

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS:

Ministério Público ajuíza ação civil pública por improbidade administrativa e pede exclusão de policiais militares envolvidos em tortura e morte. [Leia mais!](#)

Ministério Público ajuíza ação civil pública por improbidade administrativa e pede exclusão de policiais militares envolvidos em tortura e morte. [Leia mais!](#)

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS:

Ajuizou Ação Civil Pública solicitando ao Ex-Presidente do Fundo Municipal de Previdência Social de Benjamin Constant o ressarcimento ao erário. [Leia mais!](#)

MPAM EM AÇÃO: investiga possível ato de improbidade em empresa contratada para fazer o serviço de entrega da merenda escolar. [Leia mais!](#)

Ação Civil do MP leva à condenação ex-secretários e construtora por danos ao erário. [Leia mais!](#)

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ:

Após atuação do MPCE, Justiça condena ex-gestor de Madalena por improbidade administrativa. [Leia mais!](#)

Justiça acata pedido do MP e condena ex-gestor do Fundo Municipal de Saúde de Graça por improbidade administrativa. [Leia mais!](#)

MPCE ajuíza ação contra Município de Tianguá por superfaturamento em contratos de aluguel de veículos. [Leia mais!](#)

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS:

Acordo do MP com empresa prevê ressarcimento de R\$ 11,4 milhões ao Município de Goiânia. [Leia mais!](#)

MP-GO requer cumprimento de sentença que condenou ex-presidente da Câmara de Bela Vista. [Leia mais!](#)

MP pede bloqueio de R\$ 57 milhões de ex-gestores da Agetop por irregularidades em obra de rodovia. [Leia mais!](#)

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL:

Empresários, políticos e servidores públicos são condenados por crimes contra a Administração Pública. [Leia mais!](#)

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA:

MPPB realiza nova análise sobre despesas públicas do Estado durante a pandemia. [Leia mais!](#)

MPPB ajuíza ação de improbidade contra ex-prefeito de Riachão do Bacamarte. [Leia mais!](#)

MPPB ajuíza ação de improbidade por contratação de "servidores fantasmas" na Câmara de Itatuba. [Leia mais!](#)

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO:

MPPE obtém na Justiça bloqueio de bens de ex-presidente da Câmara por suposto dano ao erário. [Leia mais!](#)

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ:

MPPR obtém em recurso no STJ o restabelecimento de decisão que condenou deputado pela impressão de cartões em gráfica da Alep. [Leia mais!](#)

MPPR aciona por improbidade e denuncia em Nova Londrina dentista do Município por atender pacientes particulares no horário do serviço público. [Leia mais!](#)

Promotoria de Justiça de Porecatu emite recomendação administrativa para devolução de valor pago para compra de ambulância que não foi entregue. [Leia mais!](#)

Justiça atende pedido do MPPR em ação de improbidade administrativa e determina bloqueio de bens de ex-prefeito e dois ex-secretários de Sulina. [Leia mais!](#)

Em Medianeira, MPPR e empresa de limpeza firmam termo de ajustamento de conduta para ressarcimento de valores recebidos indevidamente. [Leia mais!](#)

MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA:

Servidor da CASAN é afastado do cargo e tem bens bloqueados em ação por suposto ato de improbidade administrativa. [Leia mais!](#)

Ex-Prefeito de Ituporanga é condenado por ato de improbidade administrativa. [Leia mais!](#)

Bloqueados R\$ 66 mil de secretário municipal que teria furado a fila da vacina contra coronavírus. [Leia mais!](#)

Policia! que usou viatura para fim particular é condenado por improbidade administrativa. [Leia mais!](#)

MPSC recomenda que Blumenau suspenda audiência pública do Plano Diretor por não garantir direito de participação da comunidade. [Leia mais!](#)

Ex-servidor da FLORAM cumpre acordo de não persecução cível com MPSC. [Leia mais!](#)

Justiça atende pedido do MPSC e torna indisponíveis bens de investigados da Operação Curto Circuito. [Leia mais!](#)

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Ajuizada ação contra enfermeira de Santa Isabel que desviou vacinas contra covid-19. [Leia mais!](#)

Compra de adereços de Carnaval leva à condenação de ex-prefeito de Catanduva. [Leia mais!](#)

TJ confirma condenação de ex-prefeito por improbidade administrativa. [Leia mais!](#)

Alvos da Operação Raio X têm bens bloqueados e alienados pela Justiça. [Leia mais!](#)

Boletim Informativo do CAO do Patrimônio Público e da Defesa da Probidade Administrativa

Equipe Técnica:

- Gustavo Dantas Ferraz – Promotor de Justiça e Coordenador do CAOPP
- Felipe Augusto Ribeiro de Oliveira – Promotor de Justiça colaborador
- Ludmilla Evelin de Faria Sant' Ana Cardoso – Promotora de Justiça colaboradora
- Luiz Eduardo Martins Jacob Filho – Promotor de Justiça colaborador
- Mayra Cristina Arruda Ambrósio – Assistente Ministerial
- Gabriela Duarte Metello Taques – Auxiliar Ministerial